



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

**Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

Ata da audiência pública sobre o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026/2029

A audiência pública sobre o Plano Plurianual foi realizada de maneira remota e conduzida pela secretária-adjunta da Secretaria Municipal da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, que apresentou e esclareceu o conteúdo do projeto de lei nº 128/2025 de autoria do Poder Executivo. O vídeo da audiência pública foi disponibilizado à população no dia 18 de setembro de 2025.

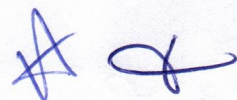
Inicialmente, consigne-se que o Edital da Audiência Pública foi publicado na Imprensa Oficial do Município em suas edições de números 3377, 3375, 3373, 3368, 3369 e 3371, no jornal Gazeta de São Paulo nos dias 16 e 17 de setembro de 2025 e na página inicial do site da Câmara Municipal. Os vereadores foram convocados pessoalmente, e o público em geral convidado a participar por meio do site www.indaiatuba.sp.leg.br, cujas cópias compõem o procedimento arquivado na secretaria desta Casa.

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, realizou-se audiência pública destinada à apresentação, discussão e apreciação do Projeto de Lei nº 128/2025, que dispõe sobre a instituição do Plano Plurianual do Município de Indaiatuba para o quadriênio de 2026 a 2029. Sob a presidência do senhor Túlio José Tomass do Couto, presidente da Câmara Municipal, foi declarada aberta a presente audiência pública. O presidente ressaltou a importância das audiências públicas como mecanismo de transparência, participação social e fortalecimento do processo democrático, uma vez que o PPA é o principal instrumento de planejamento estratégico da administração, orientando as ações e os programas a serem executados ao longo de quatro anos. Em seguida, o presidente transferiu a palavra ao vereador Leandro José Pinto, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que saudou todos os presentes, informou que o Projeto de Lei tramita na Casa desde o dia primeiro de setembro de dois mil e vinte e cinco, e que já está disponível aos vereadores e aos cidadãos para consulta e contribuições. O vereador enfatizou que a participação popular é fundamental, uma vez que o Plano Plurianual afeta diretamente a vida da população, pois nele estão definidas as metas, as prioridades e os investimentos a serem executados ao longo do próximo quadriênio. Na

sequência, o presidente da Comissão de Finanças convidou a senhora Paula Fernanda Sciamarelli, secretária adjunta da Fazenda do município, para apresentar os principais pontos do PPA. A senhora Paula iniciou sua exposição cumprimentando a todos e ressaltando que o Plano Plurianual é o documento mais importante do sistema de planejamento governamental, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, e que ele estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para o período de 2026 a 2029. Explicou que o PPA não se limita a previsões orçamentárias de curto prazo, mas configura um plano estratégico, um roteiro de desenvolvimento que norteará todas as políticas públicas. Enfatizou que o PPA se articula com duas outras peças: a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e a Lei Orçamentária Anual – LOA, as quais possibilitam ajustes e atualizações anuais ao plano. A secretária adjunta frisou que o Plano Plurianual tem vigência de quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano de governo e executado do segundo ano até o primeiro ano da administração seguinte, o que garante continuidade das ações e permite o planejamento de longo prazo. Durante sua fala, a senhora Paula detalhou os princípios norteadores do plano, destacando a responsabilidade fiscal, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a legalidade, reafirmando que não é possível gastar mais do que se arrecada, sob pena de comprometer o equilíbrio das contas públicas. Mencionou que o município tem um histórico de gestão responsável e pontualidade no pagamento de servidores e fornecedores, o que garante segurança à população e aos investidores. Explicou ainda que a elaboração do PPA envolveu meses de trabalho, iniciados em março, com a participação de todas as secretarias e autarquias, e que a sociedade teve a oportunidade de contribuir através do Planejamento Interativo, realizado entre março e maio, que disponibilizou formulários eletrônicos para envio de sugestões e definição de prioridades. Além disso, foram consideradas as contribuições dos conselhos municipais, os planos setoriais como o Plano Diretor, o Plano Municipal de Educação e o Plano Municipal de Saúde, entre outros, todos já discutidos com a população em audiências públicas anteriores. Ao tratar da estrutura do PPA, a secretária informou que o plano está organizado em três eixos estratégicos: desenvolvimento humano e social, infraestrutura e mobilidade urbana sustentável, e inovação, desenvolvimento econômico e governança. Dentro de cada eixo estão programas governamentais, que se dividem em projetos, atividades e operações especiais. Os programas mais relevantes, segundo a secretária, são a gestão educacional e a gestão da saúde, que recebem os maiores volumes de investimento. Foram mencionadas como principais metas a construção de creches e escolas de educação infantil e fundamental em bairros como Jardim Bonsucesso, Parque Barnabé, Jardim Casablanca, Jardim Paulista II e Veredas Laguna, assim como a garantia de 100% de atendimento em transporte escolar. Na



área da saúde, foram previstas a criação de novas unidades, a ampliação de atendimentos, a redução do tempo de espera para exames e cirurgias e a manutenção do fornecimento de medicamentos. No campo da assistência social, estão planejadas a construção de um novo CREAS na Zona Sul, o segundo Centro Dia do Idoso, a ampliação do número de vagas na Vila dos Idosos, a implantação do CRAS Itinerante e o fortalecimento de programas de convivência para crianças, jovens e idosos. Na área cultural, destacou-se a implantação do Teatro Municipal, a revitalização do Centro Cultural Wanderley Peres e a criação de um centro cultural no bairro Campo Bonito. No campo da mobilidade urbana, estão previstas obras estratégicas como o viaduto sobre a Avenida Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, a passagem inferior na Avenida Fábio Ferraz Bicudo, a duplicação da Avenida Bernardino Bonavita e a construção de interligações viárias em bairros como Jardim Regina, Jardim Esplanada, Jardim dos Sabiás e Jardim Umuarama. Também foi mencionada a ampliação de investimentos em segurança pública, habitação, saneamento, meio ambiente e tecnologia. A secretária apresentou detalhadamente os quatro anexos do Projeto de Lei: o Anexo Um, relativo às fontes de financiamento, que prevê uma arrecadação total de dois bilhões setecentos e quinze milhões para 2026, dois bilhões oitocentos e cinquenta e dois milhões para 2027, três bilhões para 2028 e três bilhões cento e sessenta e dois milhões para 2029, totalizando mais de onze bilhões em quatro anos; o Anexo Dois, descrição dos programas governamentais, metas e custos; o Anexo Três, unidades executoras e ações; e o Anexo Quatro, a estrutura orçamentária, organizada em secretarias, autarquias, fundações e a Câmara Municipal. Foi ressaltado que o plano prevê custos crescentes para áreas essenciais como educação, saúde e mobilidade. Como exemplo, citou o programa de transporte escolar, que terá um custo total de mais de cento e vinte milhões em quatro anos. Durante a apresentação, foram enfatizados os desafios do cenário econômico. A secretária explicou que a principal receita municipal é o ICMS, atualmente responsável pela maior parte do financiamento, mas que, com a Reforma Tributária, esse imposto será fundido ao novo Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, gerando inseguranças sobre a repartição e a manutenção da capacidade de arrecadação. Explicou também o impacto do pacto federativo, que atribui muitas responsabilidades aos municípios, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social, mas concentra a maior parte dos recursos na União. Mencionou que, embora o PPA esteja baseado nas melhores previsões disponíveis, sua execução dependerá de variáveis nacionais e internacionais, como a inflação, a taxa de juros, o crescimento do PIB e as tensões geopolíticas. Reforçou que o município adotará estratégias para ampliar a arrecadação própria, como o fortalecimento da cobrança de IPTU, ISS e ITBI, e buscará fontes complementares de recursos através de parcerias, convênios, operações de crédito e emendas parlamentares. Ao



final de sua exposição, a senhora Paula afirmou que o Plano Plurianual é um compromisso do Poder Executivo com a responsabilidade fiscal, o equilíbrio das contas públicas e a melhoria da qualidade de vida da população, sendo alcançado mediante a concretização das metas estabelecidas e a participação ativa da sociedade. O presidente da audiência, senhor Túlio José Tomass do Couto, agradeceu a explanação, enfatizou a importância do planejamento e da responsabilidade com os recursos públicos, e reforçou que o projeto será analisado pelas comissões da Câmara Municipal, recebendo emendas e contribuições, para posterior discussão e votação em plenário. Declarou ainda que a população poderá continuar a enviar sugestões e que a Câmara Municipal permanece aberta ao diálogo com a sociedade. Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi encerrada às 21h30. Lavrou-se a presente ata por mim, David da Cunha Boal Júnior, secretário designado, documento que vai subscrito por quem de direito, registrado e arquivado na forma regimental, permanecendo acessível ao público nos meios digitais desta Câmara, garantindo assim a transparência dos atos administrativos e o pleno exercício do direito à informação.


Dr. Túlio José Tomass do Couto

Presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba


Leandro Pinto

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Obras e Serviços Públicos e Presidente da Comissão de Justiça e Redação


Sérgio José Teixeira

Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social


Hélio Alves Ribeiro

Presidente da Comissão de Segurança e Trânsito





CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

TRANSCRIÇÃO NA ÍNTEGRA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) DE 2026-2029 (PROJETO DE LEI Nº 128/2025)

SENHOR PRESIDENTE (TÚLIO JOSÉ TOMASS DO COUTO): Olá, pessoal.

A Câmara Municipal de Indaiatuba realiza neste momento a audiência pública para apresentação do Projeto de Lei nº 128/2025, que “Institui o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2026 a 2029”. Declaro aberta a audiência e passo a palavra para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Leandro Pinto.

VEREADOR LEANDRO JOSÉ PINTO: Obrigado, Sr. Presidente.

Informo que o PPA tramita nesta Casa desde o dia primeiro de setembro, quando foi disponibilizado aos vereadores e a todos os cidadãos. Convido agora a secretária adjunta da Fazenda, Senhora Paula, para que faça a apresentação do PPA. Boa audiência a todos.

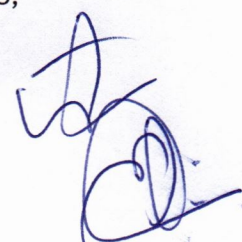
SENHORA PAULA FERNANDA SCIAMARELLI: Olá, sejam bem-vindos. Eu sou a Paula, secretária adjunta da Fazenda, e em nome da administração municipal, vou apresentar as informações relativas à elaboração do Plano Plurianual do município para o próximo quadriênio, que abrange os exercícios de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e nove, o famoso PPA, as siglas do Plano Plurianual, que é uma peça fundamental para o sistema de planejamento orçamentário e estratégico, não somente do nosso município, mas de todos os entes públicos, em que todo governante, no seu primeiro ano de gestão, é obrigado a elaborar esse plano, seja ele governador, presidente ou prefeito.

Essa audiência será realizada em dois momentos: na elaboração do plano, por parte do Poder Executivo, e após, o projeto será encaminhado ao Poder Legislativo para que a Câmara Municipal também disponibilize a audiência no momento da discussão e aprovação do projeto, para termos diversas oportunidades de esclarecer à população o que se pretende realizar na cidade nos próximos quatro anos, identificando as prioridades e para também compartilhar esse trabalho realizado e contar com o apoio de todos no sentido de concretizá-lo.

Bem, aqui nós temos as peças que compõem o sistema de planejamento orçamentário de todo ente público, o PPA, que é o Plano Plurianual, que tem uma vigência de quatro anos, por isso, plurianual, vários anos, né? E ele é sempre elaborado no primeiro ano da gestão e vai passar a vigorar a partir do segundo ano da gestão e invadir o primeiro ano da gestão seguinte. Então, ele vai vigorar de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e nove.

As três peças, então: PPA, depois nós temos a LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a Lei Orçamentária Anual, que é a peça mais executiva, mais prática de todo o sistema de planejamento orçamentário. Tanto a LDO quanto a LOA, elas são elaboradas anualmente para fazer uma atualização desse PPA anualmente, porque já é difícil a gente fazer uma programação para o ano seguinte, então, vocês imaginem para os próximos quatro anos. E tudo é muito dinâmico no mundo, o cenário econômico muda, é uma tensão geopolítica que vai influenciando tanto a nossa arrecadação quanto a nossa despesa e a nossa realidade. Então a gente... são oportunidades, tanto a LDO quanto a LOA, anual, de atualizar esse plano de quatro anos. Essas três peças, elas precisam sempre ser compatíveis entre si e serem factíveis. Então, por isso que demandam não somente esse momento de elaboração. O PPA vai ser feito para os próximos quatro anos e ele não vai ser colocado em uma caixinha e esquecido, ele tem que ser acompanhado diariamente para que ele possa realmente não ser uma peça de ficção, e sim, uma peça que vai estar concretizada daqui a quatro anos. Então a gente está nessa fase aqui, no momento da... no primeiro ano de gestão do prefeito e elaborando o Plano Plurianual, que vai vigorar a partir do ano que vem, no ano de dois mil e vinte e seis até dois mil e vinte e nove.

A exigência legal, a base legal do PPA vem lá da Constituição Federal, então no art. 165, e ele vale, como eu disse anteriormente, para todas as esferas de governo, seja União, estados e municípios. O que diz o § 1º deste artigo? “A lei que institui o Plano Plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública”, aqui no caso ele cita a federal, mas vale para todos os entes, tanto para as despesas de capital, que são aquelas despesas de investimentos, as obras e as despesas delas decorrentes, mas também para as relativas aos programas de duração continuada. Ou seja, não é... o Plano Plurianual não vai cuidar somente das novidades, dos investimentos e, sim, também de custear aquilo que a administração já tem. Ela já tem muitos serviços estruturados, o seu custeio, tudo o que já existe em funcionamento, assim como no orçamento doméstico. Primeiro a gente tem que dar conta de se alimentar, de pagar a prestação do financiamento da casa ou o aluguel, cuidar do... da escola dos filhos, plano de saúde, de sobreviver para depois pensar em trocar de carro, em fazer uma viagem, em trocar um imóvel ou adquirir um imóvel, fazer um investimento.



O Plano Plurianual é a tradução do planejamento estratégico do plano de governo, que engloba os anseios da população, as sugestões... ele é feito a partir dos diagnósticos e a partir das prioridades da definição de ações para minimizar ou resolver problemas. Porque às vezes a gente não tem exatamente formas de resolver de imediato algum problema, mas é possível minimizá-lo. Isso para quê? Para melhorar os serviços públicos no município, transformar a realidade atual e melhorar a qualidade de vida da população. Então ele vem traduzindo tudo isso para a linguagem orçamentária, funcionando como um elo do planejamento estratégico e orçamentário. Ele é formado por um conjunto de códigos com a finalidade de identificar a realização da despesa, uma linguagem padronizada que é utilizada por todos os entes da Federação, baseado em uma estrutura de programas e ações governamentais que retratam a agenda do governo organizada por temas de políticas públicas que a gente vai ver mais adiante. Bom, então ele “visa direcionar o administrador a gerenciar os recursos públicos, induzindo-o ao estabelecimento de metas prioritárias e restringindo-o à execução das despesas limitadas à capacidade de arrecadação e endividamento do ente governamental, de forma sempre a preservar o equilíbrio das contas públicas”.

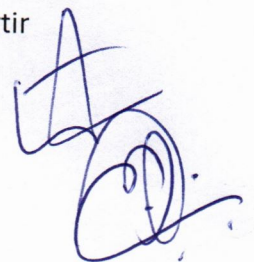
E por que a gente faz o planejamento? Então, o PPA não é somente a receita, somente despesas, pensar investimentos, no custeio da máquina. A gente também tem que pensar nas fontes de financiamento de tudo isso. Porque a Lei de Responsabilidade, que existe há vinte e cinco anos, ela é de quatro de maio de dois mil, ela prega o equilíbrio das contas públicas e o gestor público tem que obedecer a várias leis simultaneamente. Então, ela não adianta executar o que foi prometido se isso causar um déficit orçamentário-financeiro no município, porque isso é ruim para o município. Então, ele tem que conseguir executar o plano de governo dele dentro das possibilidades orçamentárias-financeiras e dentro da realidade arrecadatória. E é por isso que a gente faz o planejamento, para ajudar o gestor público a gerenciar os recursos disponíveis através da arrecadação das receitas, para que possam reverter em benefício da população, através da execução dos serviços públicos, estabelecendo as metas prioritárias, restringindo a execução das despesas à capacidade de arrecadação e endividamento do ente, a fim de que o equilíbrio das contas seja sempre preservado. Não adianta gastar mais do que se arrecada, porque esta situação vai acabar gerando um déficit e consequências negativas, ali, de encontro, realmente aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O plano também vai trazer uma visão estratégica da administração pública, através do delineamento dos programas, objetivos e metas que serão realizados durante todo esse período de quatro anos. E, por isso, esse nome, como eu já disse, pluri, vários anos, diversos anos, no caso, são quatro anos. Essa é visão estratégica da administração para que a gente possa desenvolver o município



nesse período. E é muito importante a gente falar dessa questão da arrecadação, do equilíbrio das contas. Por quê? Uma falha não só no orçamento, mas no planejamento ou no acompanhamento desse plano pode levar a uma obra paralisada, a uma ausência ou a um atraso de pagamento da folha de pagamento dos servidores ou dos fornecedores. Então, tudo o que é planejado, ainda que tenha que ser alterado, porque nem sempre você consegue em uma linha reta no planejamento; às vezes a linha se torna tortuosa. Mas é importante saber onde é que a gente vai chegar, o porquê que está dando errado e o que fazer para consertar. É essa a importância do planejamento: corrigir qualquer erro capaz de comprometer a execução ou as contas públicas.

E a Lei de Responsabilidade Fiscal, já no seu primeiro artigo, diz a que veio e valorizou esse trabalho do planejamento na administração pública, porque antes se geravam déficits e o prefeito seguinte, o governador seguinte, o presidente seguinte tinha que arcar com as consequências disso. Então, a responsabilidade na gestão fiscal, ela pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Então, o planejamento é um trabalho prévio e também corretivo, porque, quando você planeja, consegue ter o tempo de analisar o que está acontecendo e entender: sabe o que foi feito, por que não deu certo e o que dá para fazer para corrigir. “Compreende-se, portanto, que a ausência do planejamento ou a sua elaboração efetuada sem a seriedade necessária induzirá a execução de ações irresponsáveis do gestor público, passíveis de sanções administrativas e até penais”. Muitas vezes, a gente se depara com essa situação; na nossa vida também é assim, né? A gente tem demandas ilimitadas, desejos ilimitados, uma lista de desejos enorme, mas a gente sempre tem recursos escassos. Não é sempre possível fazer tudo o que a gente quer. Então, isso também acontece na administração pública, no orçamento público e no planejamento público. Por isso, é necessário o levantamento dos principais objetivos a serem realizados pela administração, ressaltando o plano de governo apresentado durante a campanha eleitoral do então candidato, né? É realizada a coleta de sugestões para que a população possa participar dessas oportunidades de elaboração do planejamento, embora não sejam restritas a esses momentos. A população pode participar o tempo todo no Planejamento Interativo, que foi uma ferramenta que nós disponibilizada no período de dezessete de março a trinta e um de maio, também para que a população pudesse oferecer sugestões ou priorizar as ações que já constavam no plano de governo. Também é preciso fazer o levantamento, como já disse anteriormente, das fontes de financiamento. O que vai custear tudo isso? Tanto que a gente já tem, como as novas ações que serão realizadas a partir de dois mil e vinte e seis.



Então, o que que vai ser realizado nos próximos quatro anos? Desde que a arrecadação e as despesas se comportem como planejado, faz parte aqui, está tudo nesse globo, cada açõzinha é uma bolinha dentro desse globo que a gente vai filtrando. Então aqui a gente tem tudo o que vai ser feito nos próximos quatro anos. Aí, na LDO vai ser feito um filtro do que vai ser feito anualmente, embora no PPA a gente já especifique, mas a LDO é a oportunidade de ajustar, ver se alguma bolinha está a mais, tem que ir para o ano seguinte, se dá para antecipar uma bolinha que estaria em vinte e sete para vinte e seis. É esse o trabalho da LDO, ajustar o plano. E depois esse... tudo... esses, todos esses programas e ações que foram priorizados anualmente na LDO, eles vão ser valorizados, definidos valores, atualizados seus valores por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual, que é o Orçamento. Então o PPA é esse plano macro, é a espinha dorsal do planejamento orçamentário, vai ser filtrado anualmente pela LDO e valorizado na LOA.

Bem, e nessa questão de a gente trabalhar com o Plano Plurianual, com recursos que muitas vezes são escassos e necessidades, demandas praticamente ilimitadas, a peça de planejamento tem por finalidade destacar as prioridades do governo, ou seja, as ações mais necessárias, já que, com certeza, não é possível fazer tudo o que se quer, né? Então isso tem que ter prioridades limitadas à capacidade da arrecadação, à receita estimada durante o processo de planejamento. Então, a gente estima arrecadar dois bilhões? Então, a despesa vai ter que se encaixar nesses dois bilhões neste primeiro ano. E, posteriormente, elas podem ter uma redução ou um acréscimo em função da receita efetivamente realizada. Por quê? No planejamento a gente estima e é o treino, na execução, é o jogo. Então, ali que as coisas, realmente, são os valores definitivos. Por enquanto, no planejamento a gente só estima, a realidade mesmo acontece durante a execução orçamentária. E a gente sempre, a administração pública sempre tem que se atentar em todo momento, tanto no planejamento quanto na execução orçamentária, os princípios fundamentais da eficiência, eficácia, economicidade e legalidade. Então, aqui o limite não é o céu, é a receita estimada durante o planejamento ou a receita realizada durante a execução, ou seja, aquela que foi efetivamente concretizada. E ela pode ser aquém ou além do previsto. A gente sempre torce para que seja além, para possibilitar a execução de mais ações e melhores serviços.

Então, como eu disse, na fase de planejamento a gente tem... estimamos a receita, descontamos tudo o que já existe, que são as despesas de caráter continuado. Aí, sim, a gente chega na margem de investimentos. Na fase da execução, a receita estimada vai virar a receita realizada, que pode ser aquém ou além dessa receita estimada. Eventualmente, pode existir alguma sobra do exercício anterior, que é chamada de superávit, que vai ser adicionada à essa



receita realizada, permitindo talvez a execução de mais ações. Descontando as despesas de caráter continuado, daí nós vamos ter a margem de investimento que pode ser ampliada em função do resultado do exercício anterior e da receita efetivamente realizada no exercício corrente. E esse levantamento das ações para serem realizadas nos próximos anos para atingir os objetivos do programa de governo, para minimizar ou solucionar alguma demanda da população, elas baseiam-se principalmente no plano de governo, que foi apresentado pelo candidato que sagrou-se vencedor nas eleições, considerando que naquele período ele delineou o que pretendia fazer por Indaiatuba e a sua proposta foi eleita e agora, exercendo a função de prefeito, cabe a ele colocar em prática as suas promessas. Embora saibamos que essa não é uma realidade em todas as cidades, porque tem muita gente que promete e não cumpre, mas aqui o planejamento é levado a sério e as ações vão sendo concretizadas de acordo com o quê? Com a realidade arrecadatória, com a receita realizada. Caso em determinado exercício, então, a arrecadação não se comporte conforme o previsto, determinada ação pode ser adiada, da mesma forma que se a arrecadação superar as expectativas, é possível antecipar ações que seriam realizadas somente no período posterior. Então, a nossa grande variável determinante das ações que vão ser executadas será a nossa receita.

Então, o Plano Plurianual, ele vai orientar, ele vai refletir as políticas públicas e orientar a atuação governamental por meio de programas temáticos e de gestão, manutenção e serviços. E ele está estruturado em três grandes eixos para o período de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e nove. Primeiro, desenvolvimento humano e social. Em segundo, a estrutura e a mobilidade urbana, a infraestrutura, desculpa, e a mobilidade urbana e sustentável. E, em terceiro, a inovação, o desenvolvimento econômico e a governança.

Tem candidato a prefeito que promete construir cinco escolas, mas o orçamento não é suficiente para construir nenhuma. Então, o que ele pode fazer em uma situação dessas? Uma alternativa, por exemplo, se ele não tem o dinheiro para construir, seria alugar um imóvel. É aquela situação em que é preciso agir e pensar em soluções para, às vezes, não resolver o problema, mas minimizá-lo e entender que o ótimo, às vezes, pode ser inimigo do bom. Então, ou ele pode também buscar recursos junto ao Governo Federal, governo estadual, uma fonte de financiamento para construir essa escola. Ou seja, tem que existir a boa intenção, tem que reconhecer que existe o problema e que ele precisa ser solucionado. Chamar a equipe técnica para chegar na melhor solução... a Secretaria da Fazenda, de Finanças para definir a capacidade de arrecadação, se tem margem para investimento, se não tem, ir buscar recurso ou achar uma forma de executá-lo sem fazer o investimento, no caso, alugando um imóvel. Então, tudo isso tem que ser articulado em todas as áreas da administração e os municípios atuam na



segurança, na saúde. Então, vocês imaginem o trabalho que isso dá, né? Então, não é fácil consolidar tudo isso dentro de uma renda arrecadatória. Como a gente disse, sempre parece ser escassa para tantas demandas. E esse trabalho do Plano Plurianual, ele envolve uma equipe de todas as áreas, meses de trabalho, a gente está trabalhando em cima disso desde o mês de março, né? E então, é feito realmente é desenvolvido um planejamento para que ele seja concretizado ali na frente. Não apenas seja uma promessa de campanha. É também preciso entender nesse momento, que a arrecadação, ela é prevista com base não somente nos históricos, mas com base no cenário econômico, nas perspectivas que a gente tem aí, nos grandes desafios políticos, econômicos, nos conflitos geopolíticos, em situações que acontecem no mundo todo e refletem no desempenho da nossa arrecadação. A gente também nunca pode perder de vista que cada real previsto na receita, ele avaliza uma despesa e não começamos o ano com esse valor inteirinho no orçamento. Se está previsto dois bilhões, a gente não abre dia dois de janeiro a prefeitura e o dinheiro está lá, dois bilhões para gente dispor dele como a gente bem entender. Cada real que foi previsto na receita, ele vai se concretizando no dia a dia. Por exemplo, a pessoa vai pagar o IPTU, o IPTU vence no mês de março a parcela à vista ou a primeira parcela de dez. Então, não entra tudo de uma vez no dia dois de janeiro. Se a pessoa optou pelo pagamento à vista, ela vai pagar em março ou de março até dezembro, em dez parcelas. E aí, isso é o dia a dia que vai acontecendo. A gente não tem a certeza de que esse dinheiro vai entrar. É em função da análise histórica, do comportamento, da análise da inadimplência que a gente faz essas previsões, dos novos lançamentos, de novos imóveis, dessa base de contribuintes e tem recursos que nem dependem, não estão na administração do município, na gestão, não são de competência tributária do município, por exemplo, o ICMS. Ele vem do governo estadual, é uma repartição do que o governo estadual arrecada e é influenciado pelo comportamento econômico de todos os municípios do estado. Então, não basta a gente estar bem, a gente tem que torcer para todos os municípios do estado estarem bem para que a arrecadação do ICMS seja boa, economia girando para que a nossa fatia venha conforme o esperado e não tem nada que a gente possa fazer que vá melhorar tanto essa fatia no dia a dia. Então, é um grande desafio, realmente, a gente fazer com que essa cifra seja atingida até dezembro da previsão. E caso, o que acontece caso a previsão que a gente fez não se concretize? A gente tem que começar a cortar a despesa, porque da forma como o orçamento é estruturado, cada real de receita avaliza um real de despesa e abriu o exercício, as despesas estão autorizadas. Por isso é necessário a gente ter esse acompanhamento contínuo, diuturnamente.

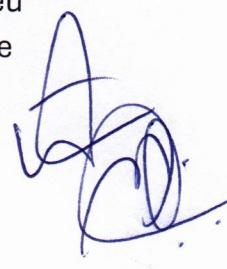
Então, como a gente disse anteriormente, o Plano Plurianual, ele pode ser entendido como a tradução do planejamento estratégico para linguagem



orçamentária, um conjunto de códigos com a finalidade de identificar o quê, basicamente? A realização das despesas. Em que secretaria, em que programa, onde está sendo gasto o recurso, em que a ação. Assim, o Plano Plurianual, ele contempla uma estrutura de programas e ações governamentais que retratam a agenda do governo organizada pelos temas de políticas públicas. Quais políticas públicas? Saúde, educação, assistência social, segurança, infraestrutura, mobilidade e assim por diante. As despesas, elas vão ser estruturadas de acordo com a primeira classificação institucional: por órgão e unidade orçamentária. Normalmente, ela se relaciona com a estrutura administrativa. A prefeitura está organizada ao nível de secretarias, nós temos as autarquias, a fundação, a Câmara Municipal. Então, essa classificação institucional é um código que vai definir qual unidade está realizando a despesa. Então, pode ser a secretaria, uma autarquia, o Poder Legislativo e assim por diante.

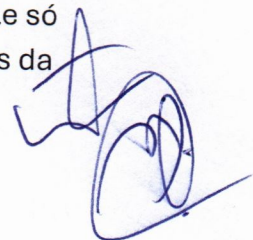
A classificação programática, ela vai definir qual a finalidade do gasto, onde está sendo alocado o recurso para gerenciar os programas. Então, por exemplo, gestão educacional, as ações relacionadas ao programa da gestão educacional: transporte escolar, fornecimento de alimentação escolar e o programa em si é organizado de uma forma... O que é esse programa gestão educacional? Ele vai representar todas as ações que vão ser feitas na área da educação, transporte, alimentação, manutenção das unidades, novas construções e unidades, para atingir o objetivo da gestão educacional que vai ter lá seus indicadores, que a gente vai ver mais para frente. Por que eu estou falando disso, como que é estruturado? Porque se a gente for pegar o Projeto de Lei do Plano Plurianual, além do projeto em si, o texto, ele vai conter anexos. Os anexos vão ter essa codificação. Mas o que é importante a gente saber? Que toda essa codificação, ela é padrão. Ela vale, para o município, para o Estado, para a União na classificação funcional, programática. Os programas são definidos pelos municípios, mas tem uma codificação padrão de quatro dígitos, e as unidades, cada município tem sua estrutura, cada estado tem sua estrutura, mas elas também têm uma codificação para identificar realmente onde está sendo utilizado o recurso, de forma transparente.

Já a classificação funcional obedece a uma estrutura padrão de codificação de funções e subfunções que indicam as áreas de atuação do governo. E elas vão um pouco mais no detalhe: saúde, educação, transporte. Mas também tem a subfunção. Então, a função doze é a educação no Brasil inteiro. Mas tem a subfunção trezentos e sessenta e um que especifica mais ainda a despesa, que eu estou utilizando o recurso no ensino fundamental. Se fosse trezentos e sessenta e cinco seria no ensino infantil, e assim tem as subdivisões para ainda deixar mais específica a despesa.



Então, aqui eu trouxe um anexo oficial do nosso PPA de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e nove, estão vendo aqui os exercícios. Esse é um... essa é uma das folhinhas do anexo, só para justificar o porquê que a gente falou da estrutura. Então, aqui, o que a gente verifica? Qual é a Unidade Executora? Departamento de Educação Básica aqui da Secretaria da Educação. Qual a função que está sendo gasto... vai ser gasto esse recurso nos próximos anos? A função Educação, que tem o código doze, a subfunção Ensino Fundamental, que é trezentos e sessenta e um, e no programa gestão educacional, que é o programa mil e dez. E quais ações vão ser desenvolvidas nesse item aqui? As atividades são relacionadas ao transporte escolar, que também tem um código. Qual é a meta física? Percentual de alunos atendidos, ou seja, atender 100% dos alunos em todos os anos do ensino fundamental com transporte escolar. E qual é o custo financeiro deste programa nessa ação por exercício do PPA? Então, aqui a gente passou todos esses meses fazendo esses levantamentos, fazendo esses cálculos e chegou-se à conclusão de que para dois mil e vinte e seis vão ser necessários vinte e sete milhões e quinhentos e quarenta e um mil para custear 100% dos alunos com transporte, que são demandados com transporte escolar. Em dois mil e vinte e sete, o valor vai para vinte e nove milhões e quatrocentos e quinze mil. Em dois mil e vinte e oito, trinta e um milhões e trezentos e oitenta e cinco mil. E em dois mil e vinte e nove, trinta e três milhões e quatrocentos e cinquenta e três mil. Totalizando em quatro anos um custo financeiro total de cento e vinte e um milhões e setecentos e noventa e quatro mil com transporte de alunos no ensino fundamental. Então, cada folhinha desse anexo três do PPA vai trazer essas informações. Então, a gente tenta explicar toda essa articulação, a montagem disso, para a gente poder replicar o entendimento nos demais anexos, quando for analisar.

Bom, isso aqui já até adiantei, que realmente o orçamento não é composto também de recursos, nem ilimitados e nem somente do Tesouro e de livre movimentação. Aliás, a maior parte do orçamento, ela é toda formada por recursos que a gente chama de recursos vinculados, carimbados, que eles só podem ser utilizados em determinada despesa, por exemplo, a CIP, que é a contribuição da iluminação pública, que a gente paga no carnezinho do IPTU ou na conta de energia elétrica. Ela só pode ser destinada para custear os serviços de iluminação pública, embora agora, com a Reforma Tributária, está tendo uma ampliação dessa destinação, inclusive para a segurança pública e preservação de logradouros públicos relacionados à ação, mas isso ainda depende de alteração na legislação municipal. Mas é um recurso carimbado, a gente não pode dispor dele, por exemplo, para custear a educação, a saúde, a folha de pagamento. Ele só pode ser usado nessa ação voltada, hoje, para iluminação pública. Os recursos da alimentação escolar também só podem ser utilizados no fornecimento da



alimentação, seja na compra de gêneros(F), na mão de obra. Não podem custear outras áreas. Os recursos do transporte escolar e que, eventualmente a gente recebe em valores diminutos do Governo Federal ou estadual para auxiliar no custeio do transporte escolar, só podem ser usados nessa ação, não podem ser dispostos pelo governante em outra ação. Então, muita parte do orçamento público é carimbado.

Além dessas vinculações, a gente também tem que obedecer às decisões judiciais que impõem aos entes da Federação a geração de despesas através de exigências, muitas vezes sob pena de não o fazendo, o município fica sujeito a aplicação de multas diárias altíssimas, como por exemplo, implantação de serviços, execução de obras, fornecimento de medicamentos de alto custo na área da saúde, criação de vagas em creches. Então, além de a gente ter um orçamento todo amarrado, a gente também tem que atender as demandas que não foram previstas em orçamento e que vem uma decisão judicial atrapalhando, de certa forma, esse planejamento inicial, fazendo com que sejam feitas outras... repriorizando ações, na realidade, né? Você estava com recurso programado para fazer uma determinada atividade e vem uma decisão judicial que obriga você a gastar o recurso de uma outra forma, uma forma diversa daquela aquela que ele foi planejado. Então, isso, de certa forma, desestrutura todo o planejamento que foi montado anteriormente, mas são as regras que a gente tem que cumprir. Várias legislações simultaneamente, por isso que a gente diz que são muitos desafios diários.

Então, assim, a realização dos anseios da população deve sempre estar inserida em um contexto muito mais amplo, contexto esse que às vezes não há muito espaço para decidir interesses individuais ou de um bairro, de uma região, mas apenas os interesses de uma coletividade em termos de prioridade, porque não há recurso para se fazer tudo. E eles precisam estar alinhados com as estratégias de governo, com a perspectiva do futuro, com os planos municipais vigentes, que já definiram também as regras do Plano Diretor, o Plano Municipal de Educação, de Saúde, para onde a cidade vai crescer, se expandir e as diretrizes para isso, priorizando os investimentos para o atendimento do básico e necessário.

O levantamento dos diagnósticos e as informações consiste em verificar a situação atual em que se encontra determinado programa da administração municipal, apontar suas carências e direcioná-los a programas abrangidos no Plano Plurianual. Então, realmente, a parte essencial do Plano Plurianual é fazer um diagnóstico das situações para se estabelecer as prioridades e o que mais está dando problema e como que a gente pode minimizar ou solucionar. Por exemplo, diminuir o tempo de espera para realização de exames, consultas, cirurgias, o município pode ter diversas ruas da cidade necessitando de



recapeamento, tapa buraco, uma necessidade de uma nova unidade de saúde em determinada região, falta de vagas em creches. Então, conhecendo os problemas, é possível sentarmos com toda a equipe e tentar achar soluções dentro do quê? Da nossa capacidade arrecadatória e distribuir isso ao longo dos quatro anos para tentar solucionar ou minimizar. E esse diagnóstico todo é feito pela administração, que também estuda essas formas de minimizar ou solucionar os problemas, incluindo as visões e as leis que têm que ser cumpridas simultaneamente, as propostas de plano de governo apresentadas durante a campanha eleitoral, a participação da sociedade através da atuação dos conselhos, os planos municipais setoriais vigentes, que foram já compartilhados com a população e orientam a proposição e execução das políticas públicas do município em diversas áreas: defesa civil, educação, saúde, assistência social, saneamento, meio ambiente, habitação, trânsito, mobilidade urbana, Plano Diretor. A participação da sociedade através da realização das audiências públicas no sentido de saber quais são as principais reivindicações da comunidade que porventura ainda não estejam contempladas nessas avaliações anteriores e esse momento em que a gente também disponibilizou a ferramenta denominada Planejamento Interativo, no sentido de disponibilizar um formulário eletrônico para que fosse feita essa coleta de sugestões e prioridades junto à população. Essas... todas essas oportunidades que a gente está mencionando, elas não devem ser compreendidas como limitadas, limitativas, né? Não são as únicas ocasiões ou meios de participar, porque a gente tem os vereadores, que são os representantes do povo, o prefeito que está constantemente ouvindo a população através das audiências, das redes sociais, dos serviços zero oitocentos. Então, a gente sempre quer estar aberta para ouvir a população para que ela participe desse plano que vai ser conduzido nos próximos quatro anos e ele acontece quando? A cada dia da nossa administração. Os canais de comunicação também que a Prefeitura utiliza estão sempre disponíveis: as redes sociais, telefone, *WhatsApp*, *site*, *e-mail*, *Facebook*, *Instagram*. E a gente sempre pede para que sejam as sugestões foquem realmente naquela questão da coletividade, o que é uma coisa que vai beneficiar todo mundo, porque tem... muitas vezes as pessoas dão sugestões pensando no seu problema particular. Não que ele não seja importante, mas esses problemas menores, eles precisam ser solucionados, nós temos toda uma estrutura administrativa aí, as secretarias para solucionar isso no dia a dia. Então, por exemplo, uma: ah, eu quero que coloque uma rua, uma placa, desculpa, de rua sem saída na minha rua. Isso não precisa esperar um Plano Plurianual para ser feito. Isso tem que ser realizado no dia a dia, pela administração, pela secretaria responsável, né? Então a gente pensa que o momento do PPA não é o momento ou o canal adequado para resolver questões rotineiras. A gente tem que pensar em algo maior, em uma intervenção maior para que seja objeto de discussão e avaliação, para constar no



PPA. E de qualquer forma, todas as sugestões que a gente recebeu, elas foram submetidas à análise técnica, ao crivo do chefe do Poder Executivo para determinar ou não a inclusão nas peças de planejamento, sendo que muitas das ações já estavam programadas.

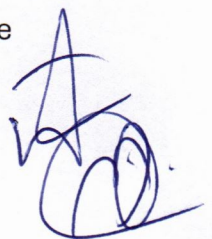
E antes da gente pensar nesses investimentos macro, nas sugestões também, cuidado especial tem que ser dado a quê? Às despesas fixas, né? Porque a despesa que já existe, ela já consome praticamente 95% do orçamento. Então, nós temos a folha de pagamento do funcionalismo, as contas de água, energia, telefonia, combustíveis, peças, serviço de manutenção, os encargos que a gente precisa pagar referente aos juros e amortização dos financiamentos já contraídos, os precatórios, que são apresentados anualmente pelo Poder Judiciário para a gente honrar o compromisso, contribuição para o Pasep que a gente realiza de forma mensal, 1% das receitas, fornecimento de medicamentos, fornecimento de material didático, alimentação, transporte escolar, iluminação, limpeza, conservação de praças, parques, jardim, sinalização, insumos, softwares, tarifas bancárias, elaboração de projetos, locação de imóveis, manutenção dos bens permanentes existentes; enfim, a administração tem muitas despesas. Então, primeiro a gente tem que assegurar o funcionamento do que já está em andamento, para daí, sim, determinar a margem para os novos investimentos. E o PPA, então, é a consolidação de todas essas normas, anseios dentro da realidade arrecadatória.

E aí, a gente costuma associar, eu acho que é bem plausível, bem apropriada a comparação, que o PPA e o planejamento estratégico, eles nos remetem à história da Alice no País das Maravilhas. Nessa passagem dessa história infantil, é mais fácil entender por que a gente planeja. Então, eu vou tomar a liberdade até de ler esse diálogo da Alice e do Gato nessa história. “Alice, você pode me ajudar?”. O gato responde: “Sim, pois não”. E Alice: “Para onde vai essa estrada?”. O gato responde, indaga: “Para onde você quer ir?”. Alice diz: “Eu não sei, estou perdida”. E aí, o que que o gato responde? “Para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve”. E aí, qual é a moral da história, né? Se você não sabe para onde você quer ir, qualquer caminho serve nessa história. E é mais ou menos isso, né? O planejamento, ele vem para tirar a gente dessa situação da Alice, né? Por exemplo, se Alice não sabe para que lado ir, tem um monte de seta apontando para várias direções, para todo lado, a gente poderia traçar um paralelo com o PPA. “Aí, precisa construir uma unidade de saúde, três escolas, duas creches, tapar buraco, construir uma ponte e assim por diante”. Todas as demandas assim são uma seta, cada uma apontando para uma direção. E qual demanda a gente vai atender? Então, o Plano Plurianual, ele vem para dar essa diretriz, organizar essas informações, distribuí-las de acordo com as prioridades ao longo do tempo e de acordo com as disponibilidades orçamentárias, financeiras, né? É isso. Para que a



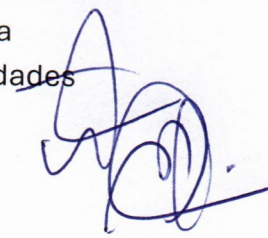
gente saiba para onde que tem tudo isso para fazer. Mas a gente precisa organizar, planejar, equacionar dentro da realidade arrecadatória para a gente ter um rumo, né? Então, o planejamento, ele nos direciona para que a gente não fique nessa inércia de não saber o que fazer para dar um rumo, ainda que sujeito às interferências macroeconômicas, sanitárias... ele é muito dinâmico. Às vezes precisa, vai precisar de ajustes no caminho, mas é ele que orienta para onde vai ser o direcionamento e o desenvolvimento de Indaiatuba para os próximos quatro anos, apoiado na plataforma de governo do prefeito, nas sugestões que foram coletadas junto à população através dos conselhos, dos planos setoriais, que todos transitaram pelo Poder Legislativo e tiveram a aprovação da sociedade através das audiências públicas, para estarem vigorando. Então, como eu disse, é difícil a gente acertar essa previsão para quatro anos, mas o importante é seguir o planejamento e ir realizando as adequações necessárias para que a gente não fique na situação da Alice. E qual o objetivo de tudo isso? De fazer esse planejamento e evoluir nesses quatro anos? Para melhorar a qualidade de vida da população, promover o equilíbrio das contas públicas com responsabilidade fiscal e criar condições para a manutenção dos serviços básicos e das despesas fixas já existentes antes de criar ou crescer qualquer despesa, né? Então, esse é o objetivo do planejamento para assegurar a concretização do plano de governo e do Plano Plurianual.

Então, passando exatamente agora para a parte do Projeto de Lei. O Projeto de Lei do Plano Plurianual, embora o texto seja bem simples, não é um projeto extenso, ele tem vários anexos. A gente vai comentar sobre eles. Mas ele vai dispor basicamente sobre as prioridades e metas da administração pública municipal para o próximo quadriênio, de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e nove; vai trazer a estrutura e organização das peças de planejamento, como a gente falou, estruturada em códigos, na classificação institucional das unidades, que se assemelha à estrutura administrativa em secretarias, autarquias, fundação; os programas, indicadores, metas e ações; então, vários programas, gestão educacional, gestão da saúde, seus indicadores, aonde se quer chegar nesses quatro anos, que realidades que a gente quer modificar e as ações que vão ser executadas nesse programa para conseguir esses objetivos; os montantes de recursos a serem aplicados em despesa capital e outras delas decorrentes e de despesas de duração continuada; a observância do equilíbrio entre a receita e a despesa para concretização desses objetivos, sempre; e a avaliação periódica dos resultados da implementação do plano, que nós temos um relatório de atividades anual que é disponibilizado também com a avaliação das metas, se elas foram cumpridas ou não e as justificativas. O que acontece? No plano: “Ah, mas pode se prometer e não cumprir?” Como a gente falou, o prefeito que queria fazer cinco escolas e não tem o recurso, ele pode minimizar o problema alugando um imóvel



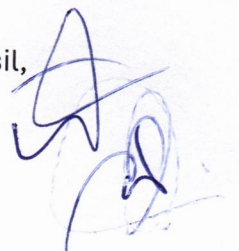
e indo atrás de financiamento. A gente tem no PPA um protocolo de intenções. A gente tenciona fazer tudo isso, mas o planejamento é dinâmico, né? Uma dificuldade que a gente enfrenta no planejamento da arrecadação reside na problemática de que os eventos acontecem em uma velocidade muito rápida e uma mudança de cenário drástica de um momento para o outro não é difícil. A gente não tem bola de cristal e muitas vezes nem os economistas acertam com tantas mudanças que acontecem no cenário, tanto a nível nacional como internacional. E a gente tem uma variável política fortíssima, que qualquer coisa que acontece em Brasília é motivo de alvoroço no mercado financeiro e não está nas mãos do município de Indaiatuba e nem de ninguém controlar esses cenários. Mesmo assim, a gente precisa definir metas de arrecadação dentro das possibilidades que a gente tem, do conhecimento que a gente tem e realizar esse acompanhamento diário durante toda a execução, para dotar os mecanismos previstos na Lei de Responsabilidade caso ocorra frustração, contingenciamento ou até antecipando algumas realizações, caso a arrecadação seja não só cumprida, mas também apresente uma superação. Então, a gente só vai saber disso, basicamente por conta de todas as interferências possíveis, no momento da execução. Então, vamos dizer: um prefeito que fez um planejamento de construir duas escolas e duas unidades de saúde no seu PPA, então ele vai fazer uma escola e uma unidade de saúde nos dois primeiros anos e outra escola e outra unidade de saúde nos dois últimos anos. Então, ele tem uma obra por ano. E se ele não conseguir fazer? O que pode levá-lo a não conseguir fazer? A arrecadação não se comportar conforme o previsto e não por culpa dele, né? Por culpa de um cenário econômico. Quem imaginava que um dia a gente ia passar por uma pandemia? A pandemia foi uma... demandou uma alteração nos planejamentos. A gente não sabia nem se ia ter recurso para pagar a folha de pagamento no mês seguinte por conta de todas as restrições sanitárias, a queda do movimento econômico, estava tudo fechando. Então, são situações que a gente precisa compreender, que a gente planeja dentro de um cenário, mas executa às vezes em outro. Então, não é que não cumpriu porque não quis, é porque realmente não houve condições ou a situação teve uma mudança drástica que obrigou a adiar, a rever, a suspender, né? Então aqui a gente está com a fotografia atual, fazendo esse planejamento. No dia a dia as coisas podem mudar, mas a gente vai perseguir essas metas e vai tentar concretizá-las, mas está... não, não depende só do município de Indaiatuba a execução desse plano.

Bem, em relação aos anexos, o PPA contém quatro anexos. O primeiro é o anexo um: que são as fontes de financiamento, ou seja, os recursos que estão previstos para a execução desse plano nos próximos quatro anos. O anexo dois: que é a descrição dos programas governamentais, metas e custos. O anexo três: unidades executoras, que são as ações voltadas ao desenvolvimento dos programas



governamentais, então aqui nós temos os programas e aqui todas as ações dos programas. E o anexo quatro: que é a estrutura orçamentária, órgãos, unidades orçamentárias executoras.

Vamos começar pelo anexo um, apresentado o anexo um, que são as fontes de financiamento dos programas governamentais. Claro que esse anexo, como eu disse, ele está sujeito às influências do cenário econômico, tanto nacional quanto internacional. O Brasil vive o quê? Um momento de incerteza econômica, isso quase que constantemente, está com uma dívida pública elevada, resistência à corte dos gastos, ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal não está sendo aplicada, temos disputas políticas que aumentam a desconfiança do mercado e reduzem investimentos, principalmente no país, as eleições presidenciais de dois mil e vinte e seis chegando, temos a Reforma Tributária, que será implantada até o exercício de dois mil e trinta e três, de forma gradual e gera muitas dúvidas quanto ao impacto sobre a arrecadação de estados e municípios. Aqui na Região Metropolitana de Campinas, a gente tende a achar que nós vamos perder recursos ou que nós vamos perder o nosso potencial arrecadatório, mas, por enquanto, não existe nenhum cálculo disso. Em dois mil e vinte e seis, vai ser feito um teste, uma base de comparação e aí que a gente vai poder ter uma ideia melhor, e como eu falei, a gente faz um plano no cenário que a gente tem hoje, na fotografia atual, não tem elementos suficientes para entender, compreender e calcular os impactos dessa Reforma Tributária, que só vão ser possíveis no ano que vem. Então, pode ser que quando a gente vá fazer a LDO e a LOA para dois mil e vinte e sete, com mais elementos, as prioridades tenham que mudar em função da nova realidade arrecadatória e dos novos impactos da Reforma Tributária. Previsões de crescimento econômico no momento estão em torno de 2% ao ano, a inflação está para as projeções dos próximos anos e atuais entre 4% e 5%. A taxa Selic, que chegou no seu menor patamar histórico lá em dois mil e vinte de 2%, hoje está em 15%. Então, vocês vejam, nem são tantos anos assim e a gente vai, né? Em um momento, passa por momentos muito contraditórios, muito opostos, antagônicos de 2% para 15%, né? É muita variação. E embora ela tenha nos relatórios dos economistas, no Boletim Focus do Banco Central, tem uma perspectiva de queda gradual nos próximos anos, ela permanece ainda com dois dígitos até dois mil e vinte e oito, na casa dos 10%. No cenário econômico internacional, o FMI está prevendo um crescimento de cerca de 3% e com desaceleração nas grandes economias. A China é um grande exemplo disso. Vivemos presente... estamos vivenciando tensões políticas, geopolíticas na Rússia, Ucrânia, no Oriente Médio, China, Taiwan. Nós temos dois fatores aqui: mudanças climáticas e políticas protecionistas, que também trazem riscos para o comércio e para as cadeias produtivas. A economia da China, que é a principal parceira comercial do Brasil, apresenta desaceleração, o que gera incerteza sobre a demanda pelas



exportações brasileiras e os juros altos nos EUA e na Europa reduzem o interesse por investimentos nos países emergentes, como o nosso Brasil. Então, o cenário não está ruim, mas tem muitos pontos de atenção e qualquer um deles pode interferir negativamente e impactar nosso país, nosso estado e o nosso município. Então a gente não pode perder de vista que nós não somos um pontinho isolado, que a gente está sujeita a chuvas e trovoadas e todos estão nesse cenário, tanto nacional quanto internacional. Quais serão nossas estratégias locais para enfrentar esses desafios do cenário econômico e tentar caminhar com o nosso plano aí nos próximos quatro anos? Priorizar as despesas essenciais; buscar fontes alternativas de financiamento, convênios, parcerias, emendas parlamentares, operações de crédito; ampliar a arrecadação própria com mais eficiência na cobrança dos tributos locais, IPTU, ISS, ITBI, que é onde o município pode atuar, de sua competência tributária; manter o planejamento de médio e longo prazo, reduzindo a dependência de repasses externos. Então, realmente, é fortalecer a nossa economia local, as nossas receitas e controlar as nossas despesas.

Nós temos um outro problema aqui no cenário nacional, que é o pacto federativo, que apesar de ser um sistema que visa a descentralização e autonomia dos entes federados, ele demonstra-se assimétrico na repartição dos recursos e das competências. Então, o pacto federativo, ele prevê que todas as esferas de governo, União, Estados e municípios vão trabalhar juntos em prol das políticas públicas, né? Mas os estados e os municípios, eles estão arcando com a maior parte das responsabilidades sociais, sem o devido suporte financeiro. Então, a gente tem legislações, Constituição, que nos obrigam, que nos dão a responsabilidade de arcar com todas as políticas públicas, mas ninguém fala de onde vai vir o dinheiro, porque o dinheiro, a estrutura que foi montada lá atrás, foi feita a repartição das receitas, o município tem IPTU, ISS, ITBI, não são mais suficientes para arcar com tanta responsabilidade, né? E a maior concentração de recursos está na mão de quem? Da União, que não partilha esses recursos de forma adequada com os estados e os municípios frente a todas as responsabilidades que nós assumimos. E a triste parte dessa história é que a Reforma Tributária, recém-aprovada e que está para entrar em vigor a partir do ano que vem, ela não vai tratar dessa repartição de recursos. Os recursos não estão mudando de mãos, né? A União não está abrindo a mão de qualquer parcela dela em prol dos estados e dos municípios para a execução das políticas públicas. A maior parte dos recursos vai continuar na mão da União. Então, isso não vai ser corrigido pela Reforma Tributária. E essa concentração de receitas tributárias na União limita a nossa autonomia financeira dos municípios, e também da dos estados, dificultando a nossa gestão e a implementação de políticas públicas mais eficazes. Porque os recursos são limitados e se o prefeito quiser fazer mais e

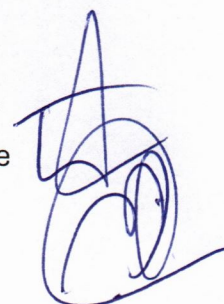


não tiver dinheiro, ele é preso porque ele foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. E a Constituição de oitenta e oito ampliou muito as atribuições, as responsabilidades dos estados e municípios, especialmente nas áreas da saúde, da educação, da assistência social, mas a distribuição das receitas não acompanhou essa descentralização. E isso resulta no quê? Em orçamentos apertados, endividamento e uma dependência financeira da União, que é uma realidade muito difícil de mudar. Então, realmente não é falta de vontade, muitas vezes. Mas como que a gente pode agir não tendo recurso? E se agir sem ter o recurso, é crime de responsabilidade fiscal? Esses são os nossos desafios diários.

E o papel do município? É muito importante porque é aqui no município que as coisas acontecem. Os municípios exercem um papel fundamental na vida das pessoas, é na esfera municipal que as políticas públicas ganham forma prática, onde a população percebe de maneira mais direta a presença ou ausência do poder público e os gestores municipais enfrentam grandes desafios para transformar as necessidades da população em serviços públicos concretos: saúde, educação, assistência social, segurança, infraestrutura, transporte, cultura, esporte, limpeza urbana, saneamento, dentre tantos outros. É muita atribuição do município e o recurso está nas mãos, está todo lá concentrado nas mãos da União e é um enorme esforço, muitas vezes invisível para a maioria das pessoas envolvidas em manter esses serviços públicos funcionando bem como com todos esses desafios e falta de recurso. Então, essa é uma realidade.

Bom, concluindo nesse aspecto aqui, o cenário econômico nacional e internacional é instável, sujeito a mudanças. Porém, a boa gestão municipal, aliada ao planejamento responsável e à busca de novas fontes de recursos, permitirá que o município siga realizando investimentos e prestando serviços de qualidade. O Plano Plurianual reflete esse compromisso: equilíbrio fiscal, responsabilidade na aplicação dos recursos e o foco nas necessidades da população.

Na elaboração do anexo um, as fontes de financiamento dos programas governamentais do PPA, foram considerados, então, esses recentes cenários divulgados para a economia que se refletem na estimativa das nossas receitas, de acordo com as projeções de crescimento da economia brasileira e parâmetros macroeconômicos divulgados no Relatório Focus, do Banco Central. Também foram utilizados critérios diferenciados conforme as peculiaridades da receita, pois no universo da arrecadação municipal também há receitas que não guardam relação com as variáveis econômicas. Por exemplo, as transferências da assistência social, da saúde, que tendem a ver os mesmos valores. Elas não têm nem correção pela inflação há vários anos. Então, não adianta a gente considerar fator macroeconômico em algo que está estagnado há anos, né? Tem receitas que



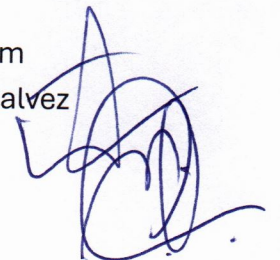
até diminuem, como, por exemplo, aconteceu com o salário-educação, com a alteração dos critérios de rateio, que de basicamente trinta milhões, nós passamos a receber quatorze milhões por ano e isso ajudava no financiamento da alimentação escolar. E de onde está saindo o recurso? Porque a merenda continua a ser servida. Dos cofres, da parte do Tesouro, né? Então, realmente é uma ginástica financeira diária para acomodar toda a legislação, todas as alterações, todo esse dinamismo que vai acontecendo e traz interferências negativas para a nossa administração. Bom, mas Indaiatuba tem uma tradição de responsabilidade fiscal, honrando seus compromissos financeiros de forma pontual, tanto em relação à folha de pagamento de servidores, quanto aos fornecedores prestadores de serviço e mantendo uma situação saudável, mesmo em momentos de crises. E é essa conduta que garante segurança, planejamento de médio e longo prazo, que nos permite imaginar que a gente vai poder avançar nesses quatro anos que estão por vir. Eis aqui, então o anexo um do PPA, que trata das fontes de financiamento dos programas governamentais. Aqui as receitas estão subdivididas por categoria econômica, por classificação, natureza de despesa. Então, nós temos os impostos, taxas e contribuições de melhoria que são arrecadados aqui no município; a receita patrimonial que vem da fruição do patrimônio público, receitas de aluguéis, de aplicação financeira; a receita de serviços, como o Saae, que nós temos, a prestação de serviço de água e esgoto; as transferências correntes, que é tudo o que a gente recebe de outra esfera de governo, da União, dos estados ou da iniciativa privada; e outras receitas correntes que são as que não se classificam aqui em nenhum dos grupos. E depois aqui, nós temos, então, às receitas correntes, que são os recursos que a gente recebe, que podem ser utilizados tanto em receitas com despesas correntes quanto de capital, tanto para o custeio, respeitadas as suas respectivas fontes, porque aqui dentro a gente pode ter recurso de livre movimentação e recurso vinculado. E as receitas de capital que são subdivididas em: operações de crédito, aqui a gente observa valores em todos os anos, essa operação de crédito, ela vem para a prefeitura aqui, que está na administração direta, mas vai ser transferida para a administração indireta, o Saae, que é a operação de crédito do Fonplata para realização de investimentos no Saae; alienação de bens quando são vendidos imóveis, bens inservíveis; amortização de empréstimo a gente não tem; as transferências de capital, que são os recursos de capital, de entidades privadas ou do Estado ou da União, que são transferidas para o município, também nós temos aqui a previsão. Então, essa coluna diz respeito à prefeitura e a coluna da administração indireta, são as autarquias e a Fundação: Saae, Seprev, Fiec. O Poder Legislativo não possui receita, então, o recurso do Poder Legislativo deriva aqui, se origina nas receitas que a prefeitura arrecada. E também temos o grupo sete aqui das receitas intra-orçamentárias, que são as receitas transacionadas entre os próprios órgãos. Então, por exemplo, quando a prefeitura paga a conta de



água e esgoto para o Saae, ela está usando o recurso de imposto, por exemplo, dela e transferindo para a entidade do Saae. Ou seja, quando o recurso fica dentro do próprio orçamento, é o mesmo dinheiro que foi arrecadado, por exemplo, do IPTU, que está custeando a conta de água e esgoto do Saae. Ou seja, esse mesmo IPTU é a mesma receita, então, a gente diz aqui que a gente tem que evitar essas duplicidades na consolidação das contas. Por isso que elas recebem esse código, para que não gerem duplicidades, porque é o mesmo recurso que está sendo usado por duas entidades, né? Um... para uma é despesa e para outra é receita. Então, essa comunicação aqui entre os órgãos do mesmo orçamento que fica nesse grupo das receitas intra-orçamentárias, quando elas acontecem no mesmo âmbito, entre dois órgãos diferentes, no mesmo âmbito de governo.

Então, aqui, no total, a previsão de arrecadação para dois mil e vinte e seis é dois bilhões e setecentos e quinze milhões. Para dois mil e vinte e sete, dois bilhões e oitocentos e cinquenta e dois milhões. Para dois mil e vinte e oito, três bilhões. E para dois mil e vinte e nove, três bilhões e cento e sessenta e dois milhões. Para cada um dos anos que compõem o período aqui do PPA. Então, esse é o anexo da receita. Ele está dizendo de onde vão vir as fontes de financiamento, de todas as despesas que nós vamos apresentar em seguida.

Em relação à receita, a nossa principal receita, nossa principal fonte de arrecadação é o ICMS, que é um imposto de competência do Governo do Estado de São Paulo. Vinte e cinco por cento do que o Estado arrecada é repartido com seiscentos e quarenta e quatro municípios, em função de diversos critérios em que são considerados: população, receita tributária própria, o desempenho da educação, o índice de participação na economia, que é o valor adicionado no município das empresas que estão situadas aqui. E essa receita que vai ser nossa, que é a nossa principal fonte de arrecadação, ela não vai mais existir, ela vai ser transformada juntamente com o nosso ISS, que é municipal, no IBS, que é o Imposto sobre Bens e Serviços, com a Reforma Tributária. Então, essa é uma das grandes dúvidas, um grande ponto de interrogação que a gente tem e o que vai acontecer com o município. Por quê? Hoje, um dos fatores que é considerado para compor o nosso índice de participação nessa fatia do bolo do Estado, o que é produzido no município, todas as empresas situadas no município, em relação ao que elas adicionam no município. Agora, na Reforma Tributária, passa a ser considerado o que vai ser consumido no município. Então, é bem diferente, né? Vai mudar o foco da produção para o consumo e nisso a gente não tem noção do que pode acontecer e vai ser implantado de forma gradativa. O que que a reforma diz? Que vai ser, tem um fundo de compensação, só que esse fundo de compensação talvez não seja suficiente para bancar todos os déficits de quem perder a arrecadação. E no caso de perda, a União vai garantir que a gente... talvez garantir, que a gente vai receber o mesmo valor que a gente recebeu no ano

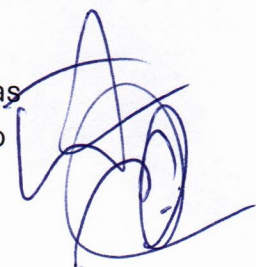


anterior, mas é o potencial de arrecadação que normalmente todo ano a gente recebe a mais do que o ano anterior e não igual. E isso pode estagnar a nossa arrecadação. Então tem muitas preocupações aí em relação à Reforma Tributária, principalmente por conta dessa mudança nos critérios de distribuição da arrecadação e da formação do IBS. E aí, a gente trouxe aqui a comparação do que acontece para a gente... é um exemplo bem concreto dos desafios. Quando a gente fala assim: "ah, a despesa está limitada à realidade arrecadatória, tem que observar arrecadação diariamente", porque a gente planejou de uma forma, mas na execução, ela pode acontecer de outra forma e determinar mecanismos de controle e providências, tomada de decisão buscando alternativas para solucionar o problema. E o que a gente falou? Arrecadação, no treino, a gente estima um valor. Por exemplo, em dois mil e vinte e três, nós estimamos arrecadar quatrocentos e vinte milhões. Na hora do jogo, na execução... desculpa, a gente arrecadou quanto? Trezentos e cinquenta e oito milhões. Então vocês verificam aqui que o comportamento foi praticamente negativo, deficitário em quase todos os meses do ano, dando um déficit de arrecadação de sessenta e um milhões e oitocentos e dois mil, em dois mil e vinte e três. E é isso que não está no nosso controle, na nossa gestão, porque não é um imposto que depende da intervenção do município somente. A gente gera economia local para ter um índice. Mas se a arrecadação do estado inteira for mal, a gente pode ter o melhor índice do mundo, que a gente vai sofrer as consequências. Não adianta, né? Então, aqui, o que aconteceu? Em dois mil e vinte e dois, lá nas eleições presidenciais, houve uma alteração na legislação, na questão do imposto dos combustíveis e dos serviços essenciais que derrubou o ICMS do país inteiro. Foi ruim para os estados e para todos os municípios, não é uma particularidade de Indaiatuba, para vocês terem uma ideia do impacto de uma decisão no país inteiro. Então, em dois mil e vinte e três, estava vigorando essa nova realidade, né? E olha só o prejuízo que nós tivemos, né? O déficit de arrecadação, como que transformou a nossa realidade. Já em dois mil e vinte e quatro, a arrecadação superou o previsto. Teve alguns meses pontuais de arrecadação negativa, mas a maior parte dos meses, a arrecadação ficou positiva e deu um excesso de arrecadação. Então, dos trezentos e sessenta e oito milhões previstos, a arrecadação foi quatrocentos e quatro milhões e novecentos e vinte e um mil, quase quatrocentos e cinco milhões. Um excesso de quase trinta e sete milhões de reais, trinta e seis milhões e novecentos e vinte e um. Mas vocês observem que isso foi possível também porque melhorou o desempenho da arrecadação, mas também porque a nossa estimativa de receita, dada o que tinha ocorrido no ano anterior, a gente não cresceu em cima da previsão do ano anterior, de quatrocentos e vinte, que não foi concretizada, a gente fez uma previsão bem modesta em cima da realidade arrecadatória do exercício. Então, de trezentos e cinquenta e oito, a gente estimou que ia arrecadar trezentos e sessenta e oito. Então, o que aconteceu? Porque foi



feito uma previsão mais tímida em função do cenário que a gente vivenciou, que também essa arrecadação foi superada. Porque se a gente considerar o que deveria ter sido arrecadado no ano anterior, vocês concordam que nós até perdemos arrecadação? Porque em dois mil e vinte e três, se tudo, se nada tivesse mudado em termos de legislação e de forma de cálculo, a gente teria arrecadado os quatrocentos e vinte ou até mais. E em dois mil e vinte e quatro nós arrecadamos quatrocentos e quatro. Então, houve um retrocesso. E é isso que a gente teme com a Reforma Tributária. Então, não é simples. Isso a gente comparou vinte e três com vinte e quatro, agora, vamos ver a situação de vinte e quatro e vinte e cinco. Analisando aqui o semestre, até o momento que a gente fechou a análise para poder compor o PPA, a gente só tem o desempenho de dois mil e vinte e cinco semestral aqui, até junho. Então, em dois mil e vinte e quatro, nós tínhamos no primeiro semestre cento e oitenta e quatro milhões e duzentos mil previstos e foi arrecadado e até um pouco mais, cento e oitenta e nove milhões e novecentos e treze mil, com um excesso de arrecadação de cinco milhões e setecentos e treze. Em dois mil e vinte e cinco, a nossa previsão, duzentos e três milhões e oitocentos e a arrecadação não atingiu o programado, está em cento e noventa e nove milhões e oitocentos e setenta e três. Ela está deficitária em três milhões e novecentos e vinte e seis mil, quase quatro milhões. Claro que nós temos todo o segundo semestre ainda para... não quer dizer que é uma tendência, mas é a fotografia atual. E o que também preocupa nessa análise? Apesar de estar sob controle, não ser algo tão significativo como o que aconteceu no cenário de dois mil e vinte e três, vocês percebem que a nossa maior receita, a nossa maior fonte de financiamento em termos nominais, comparados com vinte e quatro, nós crescemos quanto? De cento e oitenta e nove para cento e noventa e nove milhões, apenas dez milhões. Crescemos? Se a gente colocar aqui a inflação. Vamos ver, essa variação, na realidade, dá nove milhões novecentos e sessenta mil aqui nessa "continha", variação da arrecadação do ICMS, primeiro semestre de vinte e cinco comparado com o primeiro semestre de vinte e quatro, em valores, nove milhões e novecentos e sessenta mil, vamos arredondar para dez milhões, e a variação é praticamente a inflação. Ou seja, a gente não cresceu nada, é simplesmente a inflação até agora e a gente não sabe como vão ser os próximos meses. Então, por isso que não é fácil fazer planejamento, né? A gente tem que estar atento o tempo todo e a gente tem muita preocupação em relação a Reforma Tributária, considerando que a nossa maior receita não está com desempenho econômico muito bom, em termos de arrecadação também, e temos a Reforma Tributária pela frente. Então, a gente gostaria de deixar isso bem enfatizado aqui, nesse momento que a gente está falando das fontes de financiamento do PPA.

Então, as nossas despesas vão depender da concretização dessas receitas. E as receitas dependem de muitos desafios, do pacto federativo que não evolui, não



vai ser corrigido pela Reforma Tributária, as disputas políticas, as eleições presidenciais que estão pela frente, reforma administrativa e tributária, o mercado de trabalho que a gente torce para continuar bem como está no momento, né? Porque quando aquecido, favorece os resultados econômicos, senão a gente estaria em uma situação ainda pior, para que a economia cresça e surpreenda em termos de PIB, e vamos enfrentar aí por muito tempo, acho que agora é uma constância, as incertezas nacionais no cenário econômico nacional e no internacional.

Bem, passando para o anexo quatro, eu estou pulando dois ou três porque a gente vai falar sobre eles com mais detalhamento. O anexo quatro trata da estrutura orçamentária que a gente também já mencionou, que nada mais é do que um retrato da estrutura administrativa. Prefeitura organizada em secretarias, gabinete do prefeito, Secretaria da Transparência, Mobilidade Urbana, Secretaria de Administração, Assistência Social e assim por diante, como a gente vai ver agora nos quadros seguintes. E aqui a gente trouxe os programas que estão atrelados a cada unidade. Então, no gabinete do prefeito, a gente tem gestão administrativa. No Funsol, gestão do fundo social de solidariedade, a gente vê que o programa gestão administrativa, ele é comum as secretarias que não são finalísticas, que não executam políticas públicas, mas que elas viabilizam porque elas fazem as atividades meio. Então, é a Fazenda, o jurídico, o gabinete do prefeito, transparência. A gente exerce funções burocráticas, né? E no meio ali administrativa, viabilizando contabilização de arrecadação, gerando os lançamentos dos tributos. A gente tem vários papéis, mas a gente não executa a política pública lá diretamente. A gente está executando as atividades, meio que vão viabilizar essas políticas públicas. Na Assistência Social, a gente já tem diversos programas, né? Gestão da assistência social, da proteção social básica e especial e do sistema único de assistência social. A Secretaria de Cultura, com os programas de ação artística e cultural, gestão do turismo; a educação, gestão educacional; planejamento urbano e engenharia na gestão administrativa; os esportes, com a gestão desportiva e de lazer; Fazenda administrativa e tem mais esses dois programas que são específicos por exigência legal, que é a reserva de contingência, os encargos especiais, que são os financiamentos precatórios, são despesas obrigatórias, né? A Secretaria Municipal de Tecnologia e Inovação, com a gestão do desenvolvimento econômico; Habitação, gestão habitacional; Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, gestão administrativa; Secretaria de Obras e Vias Públicas, com a gestão das obras, da infraestrutura e da iluminação pública; a Secretaria de Saúde, com a gestão da saúde; a Segurança Pública com a gestão da segurança pública; a gestão municipal de serviços urbanos... a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, com a gestão de serviços urbanos e meio ambiente; e a Secretaria da Comunicação, com a gestão



administrativa, também por ser uma secretaria meio. E depois nós temos a estrutura também da Câmara Municipal, Poder Legislativo, com a gestão legislativa; as autarquias Saae e Seprev com a gestão do saneamento básico, encargos especiais do Saae e reserva de contingência, o Seprev, gestão do Fundo Previdenciário de Assistência à Saúde, encargos especiais e reserva de contingência; e a Fiec com a gestão da educação profissional, tecnológica e cultura e gestão de atividades voltadas para o ensino médio. Então, todas as unidades associadas com os programas e assim vai sendo estruturado o PPA. Então, esse é o anexo quatro, que está associado à estrutura administrativa dos órgãos que integram o orçamento do município. Aqui um resumo dos valores por entidade integrante do orçamento e por exercício, com o total do PPA de cada entidade. Então, nos quatro anos nós estaremos movimentando onze bilhões e setecentos e vinte e nove milhões. Os valores estão representados na unidade de milhar.

E, finalmente, os anexos dois e três, que consolidam os programas e ações. Eu não vou ler todos os programas para não ficar muito exaustivo, mas eles vão estar constando no anexo do Projeto de Lei. Eu vou passar para dar uma ideia de como foi estruturado o Plano Plurianual, as informações básicas. Todo programa tem seu objetivo, sua justificativa, mas são textos e ficariam muito... a apresentação ficaria muito extensa. Então, vou dar uma ideia para vocês, passando por todos os programas, destacando os pontos principais para que vocês tenham uma ideia de como foi delineado o nosso PPA.

Então, o programa, por conceito constante na Portaria Federal nº 42/1999, da Secretaria do Tesouro Nacional, é um instrumento de organização. A gente precisa se organizar para conseguir planejar, da ação governamental que visa a concretização dos objetivos pretendidos pela administração, podendo ser de apoio administrativo, como a gente colocou lá, gestão administrativa, que são as secretarias meio, ou finalístico, que são as secretarias fim. E as ações são um conjunto de procedimentos e trabalhos voltados ao desenvolvimento dos programas governamentais, podendo ser de três tipos: projeto, atividade e operação especial. Aqui só a nível de conceito, o projeto é uma ação limitada no tempo. Por exemplo, a construção de uma unidade escolar. Ela tem começo, meio e fim. A atividade é aquela ação contínua, pagamento da folha de pagamento, consumo de energia elétrica, se reproduz ao longo do tempo, não tem início, meio e fim, é sempre. E a operação especial são aquelas obrigações dos encargos especiais, que são os precatórios, eles não geram nenhuma contraprestação de serviço, mas... é os financiamentos que a gente paga, as prestações, né?

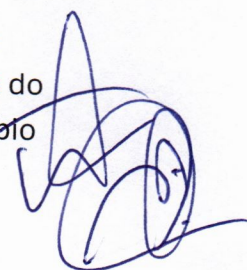
Bom, aqui nós temos um panorama de todos os programas que estão relacionados às unidades administrativas, da estrutura orçamentária de todo o



município, né? Prefeitura, Câmara, Fiec, Saae, Seprev. O valor do programa por ano e no total do PPA, o custo estimado de cada um dos programas. A gente observa aqui que, por serem prioridades constitucionais também, a gestão educacional e a saúde são os programas com os maiores valores em termos de recursos ao longo dos anos. Começando pela prefeitura. Os valores anuais de despesas, as receitas são maiores, mas como a prefeitura, ela custeia o Poder Legislativo, a Fiec, executa alguma transferência de recursos para o Seprev e para o Saae, ela não pode gastar todo o seu produto de arrecadação só na sua unidade. Então, a despesa dela é inferior à arrecadação, porque ela tem que custear as outras unidades.

Começando pelo Programa de Gestão Administrativa, como eu disse, ele é comum à várias secretarias que exercem atividades meio dentro da administração que não são finalísticas, serviços, na sua maior parte, burocráticos. A Secretaria de Administração, que cuida do departamento pessoal, licitações, compras, a Fazenda, que cuida da arrecadação, do pagamento dos fornecedores, da contabilização das despesas e assim por diante. Então, aqui o nosso indicador do programa é basicamente atender a demanda do serviço. Se a gente vai fazer mil pagamentos ou um milhão de pagamentos no ano, não importa. A gente tem que fazer 100% do que tiver de serviço para fazer. Então, essa é a intenção do indicador nessas unidades que desempenham meramente gestões administrativas, serviços, meio, ao longo dos anos e os valores com essas unidades somadas.

O Programa mil e dois, gestão do fundo social de solidariedade. Dentre as ações, a manutenção da unidade e a realização de ações, projetos e programas sociais para atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade. O custo do programa e aqui é a evolução dos indicadores. E aqui a gente está demonstrando que vai haver um acréscimo na oferta do serviço e no número de pessoas atendidas. Mais uma vez, reforço, porque o Plano Plurianual está todo estruturado na base dos programas de gestão da mobilidade urbana, com seus indicadores, passagens subsidiadas, intervenções para melhoria da mobilidade urbana, está sendo previsto aqui um projeto por ano e a conclusão do Plano de Mobilidade Urbana até o final desse quadriênio, também para ser executado. Aqui as ações que vão ser executadas para se atingir esses indicadores, essas metas do programa, são, vão fazer... são feitas intervenções, obras de mobilidade urbana, a manutenção da unidade na parte administrativa, subsídio para o transporte coletivo e aqui, no Funtran, também a manutenção dos serviços. Como destaque, a gente tem a construção do viaduto sobre a Avenida Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, nas intersecções da Rua José Amstalden a 24 de Maio, marginais direita e esquerda do Parque Ecológico, a construção de uma passagem inferior, túnel na Avenida Fábio Ferraz Bicudo, duplicação da Avenida Bernardino Bonavita até a Estrada do

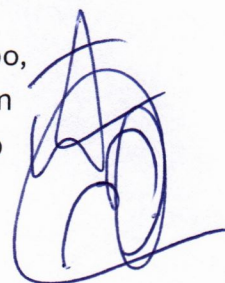


Fogueteiro e as interligações de vias no Jardim Regina, com o Jardim Esplanada, no Jardim dos Sabiás, Jardim Santorini e Jardim Umuarama. Aqui são os principais destaques, porque senão a gente vai ficar uma questão muito extensa aqui para a gente citar tudo o que cada secretaria, cada unidade tem de programação para fazer.

Aqui na área da gestão de assistência social, nós temos a previsão de ampliação da equipe técnica do Cresans. Todas as ações para conseguir os objetivos desse programa, seus valores. A gestão da proteção social básica, inclusive com ampliação da rede física do CRAS três, Parque Corolla, ampliação dos atendimentos aqui no Paasi, no CRAS Mato Dentro, ampliação da rede física do CRAS cinco do Jardim Brasil, capacitação de profissionais do Paif, o aumento do atendimento de benefícios eventuais para auxílio natalidade, aluguel social, ampliação do serviço de convivência, implantação do Cras Itinerante, ampliação do atendimento do serviço de... fortalecendo... convivência e fortalecendo vínculos e a implantação do Serviço de Atendimento de Proteção Social Básica Individualizada a Domicílio para Idosos e Pessoas com Deficiência que... isso aqui em dois mil e vinte e sete, vocês verificam aqui que tem uma cronologia da implantação ou do acréscimo dos atendimentos aí ao longo dos exercícios, como eu disse, em função da nossa realidade arrecadatária, não dá para fazer tudo no primeiro ano. Então isso vai sendo diluído no tempo em função da nossa arrecadação prevista. Aqui as ações e os valores do custo do programa.

Programa mil e seis. Gestão da proteção social especial. Também tem ampliação da rede física com a construção do segundo Centro Dia do Idoso, a construção do CREAS na Zona Sul, ampliação do número de vagas no Centro de Idoso com essa construção, ampliação da equipe de atendimento de abordagem social e ampliação do serviço de casa de passagem, Família Acolhedora, implantação de serviços na nova Vila dos Idosos, capacitação dos cuidadores sociais das OSCs e assim por diante. E ao longo dos anos aí toda essa evolução e o valor aí das ações que vão permitir a concretização desses objetivos do... e essas metas do programa.

Programa mil e sete. Gestão do sistema único de assistência social. Com a ampliação da equipe de vigilância socioassistencial e todas as ações para atingir o objetivo do programa. Gestão artística e cultural, a evolução das metas dos indicadores do programa. Aqui as ações, inclusive a execução da política nacional da Lei Aldir Blanc de Fomento à Cultura e do projeto Orquestrando, que é uma parceria com a fundação mantida pela SW(F) ao longo dos anos. E como destaque, a gente tem a previsão da implantação de um centro cultural no campo, no bairro Campo Bonito, a revitalização do Centro Cultural Wanderley Peres, com otimização do espaço para atividades diversificadas e multiuso. E a implantação



do Teatro Municipal. A gestão do turismo. Com a previsão de eventos turísticos de rotas turísticas ao longo dos anos e o custo do programa. O programa de gestão educacional, com diversos indicadores aqui na educação, com a evolução do Ideb ao longo dos anos do... as notas do Saeb e do Saremi, aqui. Realmente procurando trazer evolução e ensino de qualidade para as crianças. Várias informações. A ampliação da rede física com construção de creches e escolas de educação infantil e fundamental no Jardim Bonsucesso, Parque Barnabé, Jardim Casablanca, Jardim Paulista II e Bairro Veredas Laguna. Vocês observam aqui que tem uma distribuição das unidades, né? A obra, às vezes, nem sempre é concluída em um único ano, depende de dois exercícios para conclusão total, por isso que são também esses números fracionados, porque a obra vai ser concluída totalmente em dois anos, não em um único ano. E aí, todas as ações relacionadas à gestão educacional que vão ser realizadas para conseguir atingir aqueles objetivos: fornecimento de alimentação escolar, construção e ampliação de próprios, transporte escolar, manutenção da unidade e o custo total ao longo dos anos e no PPA.

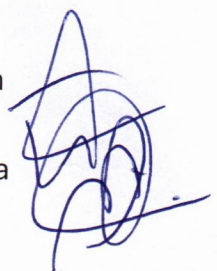
Gestão desportiva e de lazer. Aqui nós temos previsto a reforma e ampliação do Centro Esportivo do Trabalhador, de unidades de esportes e lazer ali também ao longo dos anos. Aqui o programa vinculado à Secretaria da Fazenda, que constitui as obrigações legais, são as despesas que são obrigatórias, o pagamento de precatórios, requisitório de pequeno valor, contribuição ao Pasep e dos financiamentos a longo prazo e também da assistência à saúde ao Seprev das aposentadorias legadas e o valor total no plano.

Programa mil e treze. Gestão habitacional. Com os projetos de plantas de moradia econômica, aquisição de imóvel para viabilização de projetos habitacionais, reforma de unidades e viabilização da aquisição de unidades para a população também. E as diversas ações com os valores para concretizar esses objetivos e evoluir com esses indicadores ao longo do PPA.

Gestão de obras e infraestrutura. Com extensão de vias públicas, pavimentação de vias, construção de ciclovias e ciclofaixas, construção e ampliação de praças, parques e jardins, obras de canalização de córregos, contenção de encostas, drenagem de águas pluviais e construção e ampliação de próprios públicos. E aqui os valores ano a ano com essas ações para atingir o objetivo desse programa.

Programa mil e quinze. Gestão da iluminação pública. Ampliação de pontos de iluminação e a manutenção de toda a iluminação pública da cidade. Aí o valor ao longo dos anos. Total do PPA.

Programa mil e dezesseis, da saúde, que é um programa considerável também em termos de valores de importância dentro do planejamento do município. A evolução dos indicadores ao longo dos anos, como taxa de mortalidade, cobertura




da atenção primária à família, realização de exames de mamografia em mulheres, ampliação de ações de saúde digital, cobertura de equipes pelo apoio matricial de saúde mental. Atenção aqui à primeira infância. A implantação do Hospital do Parque dos Pássaros, ampliação de leitos SUS hospitalares, exceto outras especialidades ao longo dos anos, a implantação da UBS do Bela Vista, reforma e ampliação da UBS Treze no Parque Corolla, reforma e ampliação da UBS Sete na Morada do Sol e da UBS no Carlos Aldrovandi, reforma e ampliação do PSF Três no Parque Residencial Indaiá, construção de nova base do Same e da Central de Ambulâncias, construção de novo Centro de Hemodiálise, reforma e ampliação e revitalização do Hospital Dia, também já está em andamento, a ampliação do UPA 24 horas, são alguns dos destaques do programa. Todas nossas ações desse programa para atingir aqueles objetivos e os valores anuais previstos para esse programa. E o total do PPA.

Programa mil e dezessete. Gestão da segurança pública. Dentre as ações previstas, nós temos o fortalecimento da Guarda, ampliação do COI e da base da corporação, além da aquisição de viaturas, equipamentos e proteção de tecnologias e monitoramento por câmeras inteligentes. Também estão previstas a Ação de Prevenção à Violência em parceria com as escolas e comunidades, medidas específicas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica, bem como ampliação dos sistemas de integração com as forças estaduais de segurança. A meta é ampliar a sensação de segurança da população, proteger os espaços públicos, reforçar a ordem nos logradouros municipais e garantir a proteção integral dos grupos mais vulneráveis da sociedade. Para isso, foram alocados recursos em todas essas ações para atingir o objetivo desse programa.

Programa mil e dezoito. Gestão de serviços urbanos e meio ambiente. As diversas ações, os valores anuais para atingir os objetivos do programa. Estão previstas a construções e ampliações de próprios públicos, a limpeza pública urbana, manejo de resíduos sólidos, a manutenção de cemitérios, plantios de árvores e ações aqui na área ambiental.

Gestão do desenvolvimento econômico. Aqui nós temos como destaque a realização de eventos de negócios, feiras e congressos, viabilizar a implantação do polo tecnológico com atração de startups e empresas de base para o município. Os valores aqui são anuais, e total no PPA, previstos para esse programa, a fim de que os objetivos também possam ser concretizados.

Esse programa, Reserva de Contingência, é um item obrigatório exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a reserva de um valorzinho do orçamento, um percentual especificado na LDO para caso ocorra frustração de receita ou algum evento fiscal ou algum risco que possa afetar o equilíbrio das contas públicas e também de ordem, de riscos relacionados a enchentes, eventos da natureza que



não tem um histórico aqui no município que possa ser previsto assim de uma forma apropriada anualmente, mas também serviria para isso.

Agora, a Câmara Municipal, com seus valores anuais e total no PPA, durante o quadriênio. O programa vinculado dois mil e um, de gestão legislativa, em que as ações que vão ser executadas para atingir os objetivos do programa e executar a função de todo o corpo legislativo com a apresentação de normas, a realização de audiências, a contabilização das indicações, aprovação de projetos de lei, enfim, todo funcionamento da Câmara. As ações de expansão, de adequação das instalações, funcionamento do processo legislativo, gerenciamento de recursos de TI, segurança cibernética e a própria divulgação institucional da Câmara Municipal. E os valores anualmente despendidos com a execução desse programa.

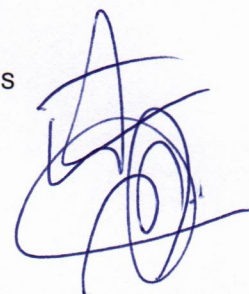
Em seguida, o Saae, com seus valores anuais durante o quadriênio e total do PPA.

Programa três mil e um, gestão do saneamento básico com seus indicadores, evolução ao longo dos anos e o conjunto de ações que vão ser executadas para atingimento desses índices. O valor total e anual de cada uma das ações do programa.

O Saae também possui encargos especiais, programa três mil e dois, com pagamento de obrigações com requisitório, os precatórios, Pasep, aposentadoria... assistência à saúde, ao Seprev, por conta das aposentadorias legadas. Despesas obrigatórias também tem esse programa no Saae.

Os destaques aqui na área de saneamento. O processo Retrofit da ETE MAC, sistema de produção e distribuição de água de reuso, construção dos reservatórios Caldeira e Vale das Laranjeiras, ampliação das redes de água e esgotos, ampliação da ETA Um e da ETA Três, conclusão da etapa um da ETA Seis, implantação do IMERJ, reforma do Museu da Água e ações de combate à perda de água.

Em seguida temos o Seprev com os valores distribuídos ano a ano do PPA e o valor total. O Seprev atua em duas frentes: a gestão do fundo previdenciário e a gestão do fundo de assistência à saúde. Aqui a gente tem o programa quatro mil e um, com a gestão do fundo previdenciário, que consiste basicamente no pagamento dos benefícios previdenciários. Ele tem que pagar 100% dos benefícios que forem concedidos. As ações para execução desse programa com os valores anuais do total de PPA. A gestão do fundo de assistência à saúde, programa quatro mil e dois, que consiste na oferta de serviços de saúde para os servidores públicos. Os valores despendidos anualmente no total do PPA com a oferta desses serviços.



Os encargos especiais do Seprev que são as despesas também obrigatórias, com contribuição ao PASEP da entidade. Programa quatro mil e três. Os valores distribuídos ano a ano e total de PPA.

E por fim a Fiec com os valores anuais e total de PPA, com o programa cinco mil e um, gestão da educação profissional, tecnológica e cultura. As ações previstas. Com os atendimentos nas áreas de educação profissional, ensino superior e também os valores anuais e por quadriênio.

O Programa cinco mil e dois com a gestão de atividades voltadas para o ensino médio, cursinho pré-vestibular, um programa específico da Fiec, com os valores anuais e total do programa e das ações.

Bem, esses programas traduzem os objetivos do Plano Plurianual para o próximo quadriênio. A intenção é viabilizar a concretização do planejamento estratégico através da estruturação de programas em linguagem orçamentária que expressam as escolhas para transformação das nossas realidades. Orientar taticamente a atuação do governo no sentido do que deve ser feito frente aos desafios, demandas e oportunidades, de forma a preservar a finalidade máxima de atuação da Administração Municipal, que consiste em promover o desenvolvimento do município, proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população manter o equilíbrio das contas públicas com responsabilidade fiscal. A gente disse anteriormente e aqui essa imagem retrata bem o plano. A gente traça uma linha reta para ele ser executado, mas no caminho há algumas pedras, alguns desafios que podem tornar esse caminho tortuoso. Mas, com certeza, apesar de todos esses desafios, todos esses entraves, a intenção é que a gente consiga atingir o objetivo e até, se possível, superá-lo. O planejamento, ele viabiliza a administração pública ao tratar do financiamento do plano de governo. Ele nem sempre vai dar certo, mas tendo planejamento, a gente sabe por que não deu certo e consegue enxergar as oportunidades. Vai ter o controle da situação, o domínio sobre o que acontece na hora de precisar tomar uma decisão, né? Os desafios são muitos. É um conjunto de regras simples, muitos detalhes, atender diversas legislações simultaneamente, aderência da administração facilitada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós temos entraves burocráticos, administrativos, licitatórios, né? O planejamento, ele procura assegurar que haverá recursos orçamentários e financeiros para arcar com esse plano, não só as despesas de custeio, mas também as novidades, os investimentos, né? E avançar exige a superação desses desafios diários, sobretudo porque as despesas públicas, elas estão condicionadas a todas essas, esses entraves burocráticos operacionais, devem guardar relação com o desempenho da arrecadação, que, por sua vez, depende do cenário macroeconômico e muitas vezes é impactado por fatores externos e imprevistos. Ainda assim, os objetivos aqui propostos serão



perseguidos com determinação pela legislação municipal, pela gestão municipal e tendem a ser mais facilmente alcançados com o apoio permanente da sociedade, a colaboração da Câmara de Vereadores e o engajamento dos servidores públicos.

E a gente está encerrando aqui essa audiência, desejando que esse PPA seja um plano efetivo e que ele seja executado com muito sucesso e colaboração para o desenvolvimento de Indaiatuba, que é a nossa maior finalidade. Dúvidas e sugestões relativas ao PPA, Plano Plurianual para o período de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e nove, podem ser encaminhadas para:

fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.com.br, no endereço de *e-mail*. A gente sabe que é uma peça formal, mas a gente tenta trazer as informações de uma forma mais acessível, mais destrinchada, mais objetiva para que a população realmente possa abraçar esse plano e ajudar na sua concretização.

A Administração Municipal agradece a todos pela participação e atenção. Muito obrigada.

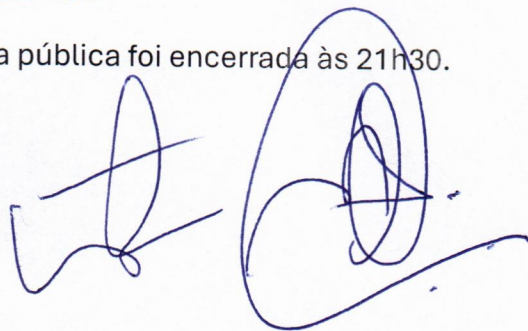
VEREADOR LEANDRO JOSÉ PINTO: Agradeço a secretária Adjunta da Fazenda, Senhora Paula, pela exposição do Plano Plurianual. Informo que os cidadãos têm até o dia vinte e cinco de setembro para apresentarem dúvidas, críticas ou sugestões pelo endereço que aparece aqui na tela.

Devolvo a palavra ao Presidente da Câmara, Doutor Túlio.

SENHOR PRESIDENTE (TÚLIO JOSÉ TOMASS DO COUTO): Obrigado, vereador Leandro. Após a tramitação do Plano Plurianual pelas Comissões Permanentes da Câmara, o projeto virá ao Plenário para ser votado.

Nada mais havendo, agradeço a participação de todos e declaro encerrada a audiência pública.

A audiência pública foi encerrada às 21h30.

Two handwritten signatures in blue ink. The signature on the left is more compact and stylized, while the one on the right is larger and more elaborate, featuring a prominent circular loop.